



PROJETO DE PESQUISA

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROGRAMA:

DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES DE GÊNERO

TÍTULO DO PROJETO :

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARÁ E OS DIREITOS HUMANOS.

GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO: 6.00.00.00-7 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA

ÁREA DE CONHECIMENTO: 6.01.00.00-1 - DIREITO

SUB ÁREA: 6.01.02.02-0 - DIREITO PENAL

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO: INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

UNIDADE EXECUTORA: FACULDADE DE DIREITO

ENDEREÇO: Rua Augusto Corrêa, 1. Campus Universitário do Guamá. Belém. Pará. 66075-900. Fone: 3201-7305.

COORDENADOR DO PROJETO:

JORGE AUGUSTO DE MEDEIROS PINHEIRO.

Jorgepinheiro44@gmail.com

OUTRAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

UNIVERSIDAD NACIONAL DE BUENOS AIRES – Buenos Aires – Capital Federal- Argentina

UNIVERSIDAD DE CIENCIAS EMPRESARIALES Y SOCIALES – Buenos Aires – Capital Federal - Argentina

UNIVERSIDAD DEL SALVADOR – Buenos Aires – Capital Federal- Argentina

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PAMPA – Santa Rosa – La Pampa - Argentina

FACULDAD IPIRANGA – Belém – Pará – Brasil.

EQUIPE DO PROJETO

Matrícula	Nome completo	Tipo*	Formação	Titulação máxima	Universidade	Função no projeto**	Carga horária no projeto
	Jorge Augusto de Medeiros Pinheiro	PE	Direito	DR	ICJ-UFPA	CD	20
	Francinete Maria Hounsell Almeida	TA	Psicologia	Lic.	PROEG	CL	20
	Alfredo Soto	PPE	Direito	DR	UBA / UCES	CL\CS	
	Cláudia Moscato	PPE	Direito	DR	UBA / USAL	CL	
	Ricardo Pereira	PPE	Pedagogia	Ms	FI	CL	20
	Thiago Costa	PP	Psicologia	Dr	UFPA	CL	10
	Helio Luiz Moreira	CL	Sociologia Direito	Dr	UFPA	CL	20
	Raul Zaffaroni	PPE	Direito	Dr	UBA	CS	
	Maria das Graças da Silva Pena	TA	Biblioteconomia	Esp.	UFPA	CL	10
	André Monteiro	TA	Artes Visuais	Lic.	FI	CL	20
	Aluizio Marinho Barros Filho	TA	Processamento de Dados	Lic.	UFPA	CL	10
	Soledad Nieves	PPE	Direito	Lic.	UNLP	CL	

PROJETO DE PESQUISA

II INTRODUÇÃO

Este grupo de pesquisadores, envolvendo dois países, Argentina e Brasil tem a intenção de dar continuidade a seus trabalhos desenvolvidos na área do Direito e das Ciências Penitenciárias, desta vez de forma compartilhada e comparada, incorporando novos especialistas e técnicos para trabalharem de forma conjunta em vários projetos de pesquisa em ambos países.

A idéia, a partir das teses, dissertações, monografias, trabalhos e experiência na área foi a de construir um programa de pesquisa que denominamos “Direitos Humanos e questões de gênero”, através desse programa os pesquisadores e especialistas envolvidos abrigarão seus projetos, assim como darão a oportunidade para que novos especialistas ou grupos possam se incorporar ao programa através de novos projetos de pesquisa ligados ao tema central.

O projeto que agora apresentamos “Mulheres privadas de liberdade e os direitos humanos” é a primeira perna desse programa, onde cientes da pobreza de informações confiáveis para desenvolvermos estratégias e políticas públicas para uma população vulnerável, tentamos em uma primeira etapa descobrir quem são essas mulheres e onde elas estão, ou seja traçar um perfil dessa população através da coleta de dados in loco e sistematizar esses dados de forma confiável para que possamos estatisticamente trabalhar as variáveis pertinentes ao referido projeto.

As pesquisas realizadas no campo das ciências sociais, referente a questões prisionais, tem tomado como objeto de estudo, em geral, a problemática do sistema penal, em particular, o que se refere a abordagem quantitativa e análises limitadas que tentam refletir incremento ou estabilidade a população encarcerada.

Quando estes trabalhos são fontes para elaboração de políticas de intervenção em matéria de prisões, determinam desde cedo a pobreza de dados e informações referente à população privada de liberdade, em geral, apresentam mais informações para a projeção de novas construções de presídios. Em muitas ocasiões a discussão sobre políticas penitenciárias giram em torno do tema “aumento de vagas disponíveis”, ou seja, a criação de novos presídios e a escolha de um ou outro modelo de construção que seja mais viável economicamente. Estas discussões omitem a complexidade do tema carcerário, e o fato da permanente vulnerabilidade dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, fato que deveria ser o eixo principal das intervenções nesta área.

Diante deste cenário considerou-se indispensável avançarmos na produção de informações sobre a temática penitenciária e especialmente sobre a situação de mulheres privadas de liberdade em penitenciárias e em unidades da Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado. Para isso, necessitamos realizar um estudo qualitativo e quantitativo que gere conhecimentos que possibilitem análises de certa complexidade, não só a partir de uma perspectiva quantitativa mas fundamentalmente qualitativa.

É simples constatar as referidas condições de vulnerabilidade deste grupo, quando percebemos que a maioria dos diferentes setores sociais não representam a “população carcerária feminina” em seu imaginário. Essa população se encontra de alguma forma invisível. Esta invisibilidade das mulheres encarceradas determina que elas juntamente com suas questões de gênero sejam incorporadas de forma insuficiente nas agendas de políticas penais e políticas públicas aumentando suas fragilidades.

Dessa forma, procuramos começar por conhecer essa população, através da quantidade de mulheres em situação de privação de liberdade no Estado do Pará. Sua idade, perfil psico-sócio econômico e cultural, condições de vida extra-muro e intra muro, tempo de proceso, tipo de delito, tempo de condenação, situação familiar antes e depois da prisão e outros dados sobre essa população que deverão fazer parte do protocolo a ser desenhado e utilizado com a referida população, a fim de recolher as informações pertinentes ao estudo.

Esta escolha inicial foi fruto da constatação, através de outros estudos realizados por alguns estudiosos do tema envolvidos nesta pesquisa, de que a população de mulheres privadas de liberdade pertencem a um grupo vulnerável tanto no espaço social extra muro como intra muro. Logo, se considerou indispensável, uma abordagem sobre a situação carcerária deste grupo, com a finalidade de conseguir informações confiáveis que nos permitam conhecer as características desse grupo vulnerável e apontar ferramentas para a elaboração de estratégias que tendam a diminuir ou eliminar as condições de vulnerabilidade destas mulheres encarceradas e promover a sensibilização social sobre a particularidade da situação, uma vez que estas mulheres deverão, em um certo tempo, retornar à sociedade reabilitadas.

Quando pensamos e refletimos sobre novas propostas em torno do tema da “reinserção” de sujeitos que tenham se envolvido com delitos, temos consciência plena da complexidade das variáveis envolvidas.

Temos a certeza que qualquer programa ou projeto voltado para a reinserção, reabilitação ou reeducação necessita de um conhecimento profundo e bem fundamentado da população a ser estudada, assim como, as múltiplas causas vinculadas à transgressão da lei, das características do entorno sociocultural, das condições econômicas e do momento histórico em que queremos operar, entre tantas outras questões.

É inegável que as pesquisas nas diferentes áreas que envolvem o tema deveriam conduzir a construção de novos paradigmas aplicáveis à realidade concreta em que devemos operar, não deixando de priorizar a prevenção, também, como uma forma de reinserção do sujeito em sua sociedade.

Por essa razão esse projeto passará por duas etapas: a primeira buscando descobrir **Quem são essas mulheres, onde elas estão e o que pensam?**. Em uma segunda etapa diante do mapa desenhado através das informações coletadas, já com um perfil traçado dessa população, **O que fazer com elas?**. Buscar programas de extensão através da formação e capacitação, projetos, convênios e parcerias. Traçar políticas públicas que sejam capazes de minimizar a reincidência dessa mulher privada de liberdade. Produzir cientificamente trabalhos, discussões e seminários, envolvendo instituições acadêmicas, através dos alunos dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, criando massa crítica na região sobre o tema.

II. JUSTIFICATIVA

O sistema penal no seu tratamento as mulheres é um reflexo da posição designada a elas pela sociedade ocidental que concedeu ao homem o espaço público e para a mulher o limitado espaço privado representado na família e no lar. Segundo DIAS (2004, p.34) essa duplicidade acarretou a formação de dois mundos sendo um de dominação externa – produtor e o outro interno de submissão – reprodutor, produzindo estereótipos associados aos papéis ideais do homem provedor da família e da mulher cuidando da família e do lar.

Infelizmente, o sistema tem uma gênese masculina e os que não possuem esse perfil tem suas necessidades adaptadas aos modelos. Ao longo da história a mulher foi tratada dentro de um sistema de desigualdades, desvalorização e exclusão sempre ligada a sua condição sexual e biológica. Exclusão nascida na sociedade patriarcal, que hierarquiza as relações entre homens e mulheres, constrói desigualdades e reprime condutas. A mulher era designado o papel da beleza, da pureza, da maternidade, procriadora dos filhos e guardiã do lar.

O sistema prisional brasileiro é uma soma de prisões, xadrezes, delegacias, penitenciárias, albergados e centros de recuperação, todas podem ser chamadas de prisões e todas, possuem atrás de seus muros os mesmos problemas de estrutura: a) a superpopulação redundando no alojamento sub-humano da população carcerária; b) a ociosidade do preso; a promiscuidade das prisões; a falta de trabalho; a falta de contato com a família; a falta de controle da expansão das drogas nas casas penais; o alto custo financeiro do preso; c) a falta de tratamento psicológico ao preso como medida de reabilitação e futura prevenção da criminalidade, d) ausência de articulação entre as assistências: social, médica, psicológica, jurídica, educacional, religiosa; e a falta de política pública destinada as mulheres presas.

No Brasil como na maioria da América Latina o início das cárceres de mulheres nos remete a administração das irmãs da Congregação do Bom Pastor. Sob as ordens impostas

pelas religiosas que estavam baseadas e fundamentadas na religião, elas acreditavam que mediante as orações reeducariam essas mulheres pecaminosas e delinqüentes. Cabe as irmãs cuidar da moral e dos bons costumes das presas, além de exercerem um trabalho de domesticação das presas e uma vigilância constante de sua sexualidade, somente assim elas seriam transformadas em mulheres discretas, honestas, recatadas e piedosas, aptas para retornar a convivência social.

É notório, que no passado as mulheres eram presas por pequenos delitos, como furto, prostituição, e brigas. O acréscimo nos últimos anos de mulheres presas, em todo país, envolvidas com o mundo das drogas, seja com o uso, em menor escala, a posse ou, principalmente, o tráfico, relacionadas com políticas de governo para o combate as drogas e pela baixa posição que elas exercem no mundo do tráfico (em geral são mulas – as que transportam a droga de um lugar para outro) tem mudado essa face da criminalidade feminina. Na verdade, o tráfico tornou-se uma atividade atrativa diante de uma sociedade repleta de inúmeros problemas e desigualdades sociais.

Poucos estudos são realizados na área da criminalidade feminina, e pouco se conhece do perfil destas mulheres. Como tratar uma população criminosa se desconhecemos suas características e seu perfil?, como pensar em políticas publicas e tratamento ressocializador se não conseguimos saber quem são essas pessoas?. É indispensável que busquemos informações concretas e corretas para que possamos discutir e propor políticas públicas e estratégias de prevenção baseados na realidade que se apresenta.

A inexistência de informação confiável sobre o tema da criminalidade e em especial sobre a criminalidade feminina e suas questões de gênero, para dar subsídios à estudos e pesquisas que propiciem a elaboração de políticas públicas como forma de prevenção e com isso tentar minimizar o envolvimento e crescimento de crimes praticados por mulheres é uma as maiores inquietudes desse grupo de estudo.

Uma vez delimitado este universo, determinamos algumas metas que na verdade se encontram íntimamente vinculadas: 1) Produzir informações sérias e confiáveis sobre a problemática carcerária feminina no âmbito do Estado do Pará, recorrendo a fontes já

existentes articulando-as, criando nova fontes e construindo instrumentos relevantes de dados que possibilitem cruzar variáveis para conhecer as características desse grupo; 2) Caracterizar a população de mulheres encarceradas e conhecer suas condições de vida intra muros e extra-muros; 3) Uma vez elaborada e analisada a informação se buscará facilitar sua circulação nos âmbitos acadêmicos, científicos, políticos e também nas organizações intermediárias e ao público em geral para que se possa trazer novas políticas públicas; 4) Promover, desta forma, a divulgação da problemática carcerária feminina como uma questão de direitos humanos referidos as pessoas privadas de liberdade, revelando a desvalorização desse grupo dentro do sistema, ou seja, dar visibilidade a este grupo invisibilizado no sistema.

A abordagem quantitativa se propõe fundamentalmente a dimensionar e caracterizar exaustivamente a população objeto de estudo através da realização de diferentes cruzamentos entre as variáveis, construindo um banco de dados sobre a população carcerária feminina do Estado do Pará;

Os objetivos específicos quantitativos dirão respeito à coleta de informações sobre o total da população de mulheres privadas de liberdade, tanto provisórias como condenada, alojadas no sistema penitenciário e nas unidades da secretária de segurança pública do Estado, destacando entre outros: - Idade ; - nacionalidade ; - tipo de delito ; - situação processal; - tempo de condenação; - regime de progressividade; - distribuição por unidade;- grau de instrução;- estado civil e - número de filhos.

A abordagem qualitativa buscará conhecer e identificar as condições de vida da população objeto de estudo intra muros e extra muros, sua situação socio-familiar e económica a partir da privação de liberdade, sua relação com o delito cometido entre outros.

Os objetivos específicos qualitativos dirão respeito as entrevistas profundizadas com as presas solicitando das mesmas informações como: a) Descrever e caracterizar o estado atual das penitenciárias femininas e unidades que abrigam mulheres privadas de liberdade no Estado (condições das: edificações e sua funcionalidade, patio de visitas, oficinas para trabalhos, quadras de esporte, salas de aula, berçário, dormitório para visita

intima, cozinha, banheiros, celas etc.); b) Avaliar: as características das assistências (jurídica, psicológica, médica, religiosa etc.), tratamento penitenciário e vida na prisão; c) Descrever sua relação com: o corpo de funcionarios da casa penal, regime penitenciário, maus tratos recebidos, atividades desenvolvidas dentro da casa penal;d) Decrever como se vê, e qual suas expectativas para o futuro e etc.

Com todos os dados recolhidos e cruzados reconstruiremos as historias de vida dessa mulheres , ressaltando os aspectos vinculados a destruição dos vínculos familiares e de conexão com o exterior. Não é usual que esas pessoas encarceradas sejam convocadas para contar sua experiencia carcerária, seus padecimentos e a vulnerabilidade de seus direitos humanos desta forma estaremos dando voz a esas pessoas e tornando-as visíveis à sociedade.

A prisão como todos sabemos, é uma instituição fechada, onde por si só, é de difícil acesso para pesquisas e conhecer seu interior, mais ainda, as informações que de lá saem estão sempre envoltas de dúvidas, incertezas e baixa confiabilidade. Por essa razão, resolvemos dar continuidade aos estudos desenvolvidos em nosso doutorado, buscando realizar um estudo de gênero, escutando a voz de quem vive e sofre na prisão, indo além dos dados estatísticos.

O crescimento de mulheres envolvidas com o crime no Brasil e em toda a América Latina, aumentou assustadoramente. Embora seja de conhecimento dos órgãos competentes que essa parcela da população carcerária seja pequena, em torno de 5 a 6% da população carcerária total, esse fenômeno vem preocupando estudiosos do tema, uma vez que a presença de mulheres no mundo do crime nos ultimos oito anos, cresceu em torno de 75% mais que a presença dos homens. Segundo dados (junho\2008) do Departamento Penitenciario – DEPEN, a população carcerária global era de 441 mil presos, destes 27.722 são mulheres que estão privadas de liberdade em penitenciárias, delegacias ou outra instituição penal. Em 2002 a população carcerária feminina era de 10.285 presas e em junho de 2008 esse número pulou para 27.722 mulheres. Outra constatação é que mais de 60% dessas mulheres estão presas e condenadas por uso ou envolvimento com o tráfico de drogas.

O Brasil reconhecendo a situação de exclusão da mulher e o respeito irrestrito aos seus direitos, com o fim de criar uma sociedade mais justa e solidária, firmou compromissos internacionais. Temos várias declarações, programas de ação e convenções com foco na mulher, dentre elas a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher; a Declaração de Pequim; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher- a Convenção do Belém do Pará. Neste último documento temos recomendação expressa no artigo 9º para os Estados Partes adotarem medidas atendendo dentre outras a situação das mulheres afetadas por privação de liberdade.

A Resolução 58/183 da Assembléia Geral da ONU, intitulada “Os Direitos Humanos e a Administração da Justiça”, recomendou que se prestasse maior atenção às questões das mulheres que se encontram na prisão. Em decorrência, a Subcomissão de Promoção e Proteção de Direitos Humanos solicitou a preparação de documento sobre esta temática. O trabalho foi apresentado pela Sra. Florizelle O’Connor que sintetizando destaca: “que as mulheres constituem um percentual pequeníssimo da população carcerária no mundo; uma alta porcentagem delas é mãe e se encarrega de cuidar dos filhos; não existem políticas públicas adequadas no tratamento das presas. Constatou ainda, um aumento do aprisionamento feminino, que não se circunscreve a delitos violentos, o aumento dos índices de encarceramento de mulheres presas se dá em razão do aparecimento do tráfico de entorpecentes, onde elas são usadas, como “mulas” e a maioria por delito de pouca quantidade de entorpecente. Este retrato se aplica integralmente às mulheres presas no Brasil e na América Latina.

Um dos principais objetivos deste projeto dentro de uma instituição acadêmica é cumprir com seu papel de formadora de opinião, fazendo com que a sociedade científica, a sociedade civil e as organizações governamentais e não governamentais reflitam sobre os direitos humanos dessas mulheres, sua realidade carcerária, seu acentuado perfil de exclusão social, a emergência de atendimento a seus direitos, a violência de gênero sofrida e buscarem conjuntamente propostas para que esta situação seja alterada.

Precisamos urgentemente, nos preocupar com essa parte da população carcerária, dirigindo estudos, pesquisas, projetos, convênios e programas de extensão, com a finalidade de tornar essa população carcerária, juntamente com seus problemas, falências institucionais e direitos, mais visível à sociedade paraense, para que assim possamos buscar alternativas através de políticas públicas bem desenhadas para a prevenção e melhoria dos direitos humanos e de gênero dessa fatia tão esquecida e invisível do sistema penitenciário e que se torna a cada dia um grupo mais vulnerável à serviço do tráfico.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Construção de um banco de dados capaz de fornecer, confiavelmente, informações sobre a população carcerária feminina no Estado do Pará, destacando variáveis como: idade, naturalidade, nacionalidade, estado civil, filhos - número de filhos, idade, sexo, situação educacional, com que vivem; formação educacional, formação profissional, situação econômica, psico-social e cultural, saúde, tipo de delito, situação processal, tempo de condena e regime de progressividade entre outros, detalhados nos protocolos que serão elaborados para recolher as informações que serão tratadas estatisticamente com a finalidade de traçar o perfil da população estudada. Este banco de dados deve estar construído de forma que se torne uma ferramenta informatizada de maneira que os dados possam ser atualizados pelo sistema prisional feminino e pelo grupo de pesquisa.

Objetivos Específicos

1. Construir um mapa dos estabelecimentos que alojam mulheres presas por envolvimento com algum delito, classificados de acordo com critérios de segurança, regime, localização e população carcerária em cada estabelecimento penal do Estado do Pará;
2. Construir uma biblioteca com os documentos internos e externos do sistema penitenciário tais como: leis, decretos, acordos, convênios, regulamentos, regras,

tratados etc sobre o tema estudado, além dos livros, artigos e outros materiais bibliográficos sobre o tema;

3. Produzir conhecimento científico através de projetos que envolvam Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, ou seja, publicação de produção científica ligadas ao tema da criminalidade feminina, que garantam a preservação dos direitos humanos da pessoa privada de liberdade;
4. Formação de grupos de estudos que envolvam a problemática da criminalidade, juntando especialistas de várias áreas da ciência penitenciária envolvidos com o tema, assim como, outros segmentos da sociedade civil;

III. METODOLOGIA

ETAPA I – CONHECENDO AS PRISÕES FEMININAS DO ESTADO DO PARÁ

A pesquisa será desenvolvida em duas etapas diferenciadas: uma abordagem quantitativa e uma abordagem qualitativa que juntas fornecerão resultados capazes de fornecer dados confiáveis sobre a mulher privada de liberdade no Estado do Pará.

Abordagem Quantitativa

A abordagem quantitativa procurará descobrir qual é a verdadeira população carcerária feminina no Estado do Pará e traçar o seu perfil psico-sócio cultural, econômico e criminológico. Ou seja, dimensionar e caracterizar a população objeto de estudo, através do cruzamento de diferentes variáveis referenciadas pelos dados recolhidos através de questionários desenhados e aplicados à população carcerária feminina do Estado, assim como, realizando o cruzamento das informações obtidas dos questionários aplicados com os dados do sistema penitenciário .

Abordagem Qualitativa

A abordagem qualitativa será realizada através da observação participante e de entrevistas profundizadas com as presas tendo como finalidade conhecer a fala da presa, suas vivências e experiências intra-muros e extra-muros a fim de traçar programas e projetos específicos para um tratamento ressocializador, ou seja, conhecer e identificar as condições de vida da população objeto do estudo nas instituições carcerárias e suas relações sócio-familiares antes e após a prisão.

Para que esta etapa seja desenvolvida bolsistas de diversas áreas envolvidas com o tema deverão se deslocar juntamente com os pesquisadores, de acordo com cronograma desenhado pela equipe responsável, para realizar a coleta de dados nas diversas unidades penais do Estado (**anexo 1**), logo, necessitaremos de recursos para passagens e diárias, assim como para material de consumo (**Quadro 1**).

Através das abordagens utilizadas desenvolveremos atividades paralelas que darão suporte ao estudo tais como:

1. Análise do conteúdo da legislação e regulamentação penitenciária relacionadas ao plano de ressocialização da população carcerária;
2. Descrição e caracterização atualizadas das penitenciárias e delegacias quanto às instalações e funcionamento;
3. Elaboração de protocolo de entrevistas sobre a vida extra-muros e intra-muros das presas;
4. Elaboração de protocolo de entrevistas a serem aplicados aos vários atores envolvidos com as unidades penais e carcerárias (diretor, funcionários, técnicos, guardas e etc.) e familiares das presas sobre as condições de vida intra-muros e extra muros, ou seja, a reconstrução da história de vida dessas mulheres encarceradas;
5. Organização e análise de documentos internos tais como: planos, regras, normas, regulamentos, projetos e etc, com a finalidade de reconstruir historicamente o surgimento e o desenvolvimento do sistema penitenciário do Estado.

Este grupo tem a intenção de ao final deste projeto apresentar uma segunda etapa do projeto que será a **APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS RESSOCIALIZADORAS**, através de um Estudo piloto na penitenciária feminina “Centro de Reeducação Feminina – CRF”: alternativas de tratamento ressocializador através de programas de extensão para a casa penal estudada. Este segundo projeto também tem como meta, atender ao tripé ensino-pesquisa e extensão, que através das duas etapas do projeto estarão repassando conhecimento, fortalecendo a investigação e a produção científica e por último promovendo a extensão através de serviços que possam ser prestados a casa penal “Centro de Reeducação Feminina- CRF”, única penitenciária no estado do Para, para mulheres privadas de liberdade.

Assim, o Projeto “ Mulheres privadas de liberdade no Estado do Pará e os Direitos Humanos”, na sua segunda etapa atuará no Centro de Reeducação Feminina – CRF”, como estudo piloto para aplicar os serviços de extensão, tem como objetivo trabalhar a presa não isoladamente, mas sim, enquanto sujeito histórico relacionado com o contexto social do qual é integrante, buscando também contribuir para a humanização da pena e para o resgate da cidadania das encarceradas.

IV. POPULAÇÃO

Mulheres presas no sistema penitenciário e no sistema de segurança pública do Estado do Pará, uma vez que é fato conhecido pela sociedade paraense que em virtude do Estado só possuir uma única penitenciária feminina, localizada na capital do Estado. As mulheres presas do interior do Estado ficam alojadas em delegacias públicas ou unidades da Secretaria de Segurança Pública do Estado juntamente com a população masculina até que possa ser trasladada para a capital do Estado.

V. BOLSISTAS ENVOLVIDOS

Na fase de coleta de dados em razão do grande universo de onde deverão ser coletadas as informações, será necessário o comprometimento de bolsistas para auxiliarem nessa coleta, assim como os demais que estarão em atividades paralelas que compõe o projeto como bolsistas da área de informática, biblioteconomia, Direito, Psicologia, Serviço Social, Medicina, Educação Física, Artes, Música, Biologia, Pedagogia, Biblioteconomia, História, Processamento de Dados etc.

Áreas	Quantidade
COLETA DE DADOS	
Direito	06
Psicologia	06
Pedagogia	06
Sociologia	06
Serviço Social	06
ATIVIDADES PARALELAS	
Biblioteconomia	02
Estatística	02
Processamentos de Dados	02
História	02

VI. PRODUTOS

- Implantação do Sistema de Informações da Mulher – SIM, um programa de coleta de dados , que tem por finalidade recolher as informações referentes à população carcerária feminina no Estado do Pará com a finalidade de conhecer o perfil dessa população para buscar estratégias específicas para a questão de gênero no sistema penal e penitenciário.
- Realização de um Seminário Internacional “Direitos Humanos da Mulher Privada de Liberdade na América Latina”;
- Publicação de artigos ou livro sob o tema e os resultados da pesquisa;
- Participação em Seminários e Congressos para apresentação de trabalhos, atualização, divulgação e discussão sobre o tema;
- Biblioteca Específica sobre o tema das Ciências Penitenciárias;
- Apresentação de Relatório Final

BIBLIOGRAFIA

AZAOLA, E. **Las mujeres olvidadas: un estudio a cerca de las cárceles para mujeres en la Republica Mexicana**. México D.F.: El Colegio de México, 1996.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000.

BIFANO, Amanda H., BOECHAT, Lúcio Fonseca et al. **Vulnerabilidade do feminino: homicídios contra a esposa**. In: Filhos & vítimas do tempo da violência: a família, a criança e o adolescente. GAUER, Gabriel José C, MACHADO, Débora Silva (org.). Curitiba: Juruá, 2003.

BRASIL. **Código de Processo Penal. Lei n.º 7210 de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a Lei de Execução Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRUNO, Antonio Horacio; PÉREZ, Guillermo Martínez. **Biopsicología Genral y Criminal**. Buenos Aires: EDUCA. 2003.

CERUTI, Raúl e RODRÍGUES, Guillermina B. **Ejecución de la pena privativa de libertad (Ley 24.660): comentada y anotada**. *Doctrina. legislación*. Buenos Aires: La Rocca, 1998.

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTRAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 39/46 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de Dezembro de 1984. Entrada em vigor na ordem internacional: 26 de Junho de 1987, em conformidade com o artigo 27 (1).

CÓDIGO DE CONDUITA PARA FUNCIONÁRIOS ENCARGADOS DE FAZER CUMPRIR A LEI. Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979.

CONJUNTO DE PRINCÍPIOS PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS SUBMETIDAS A QUALQUER FORMA DE DETENÇÃO OU PRISÃO. Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua resolução 43/173, de 9 de dezembro de 1988.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, "CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ". Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 09 de junho de 1994, em Belém do Pará, Brasil.

DEL OLMO, R. **Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina.** Venezuela: Nueva sociedad, 1998.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS CONTRA A TORTURA E OUTRAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua resolução 3452, de 09 de dezembro de 1975.

DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL (DIRETRIZES DE RIAD). Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua resolução 45/112, de 14 de dezembro de 1990.

DOS SANTOS, Rosangela Hayden. **Mulher: corpo e alma através das grades: direitos e garantias constitucionais à luz da Lei de Execução Penal.** Rio de Janeiro: América Jurídica. 2002.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GENOVES, Vicente Garrido. **Psicología y tratamiento penitenciário: uma aproximación.** Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, S.A., 1982.

_____ & ILLESCAS, Santiago Redondo. **Manual de Criminologia Aplicada.** Mendoza: Ediciones Jurídicas Cuyo. 1997.

GUINDANI, Miriam K. A. **Violência e prisão: um jogo de espelhos.** In: Filhos & vítimas do tempo da violência: a família, a criança e o adolescente. GAUER, Gabriel José C, MACHADO, Débora Silva (org.). Curitiba: Juruá, 2003.

HERKENHOFF, João Baptista. **Crime: tratamento sem prisão.** 3. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

- IRURZUN, Víctor J. Et alii. **Sociología criminal**. Buenos Aires: Pensamiento Jurídico, 1987.
- KAUFMANN, H. **Ejecución penal y terapia social**. Buenos Aires: Depalma, 1979.
- KLIMPEL, Felicitas. **Cárceles de Mujeres. Un proyecto de cárcel reformativo para la América Latina**. Revista Penal y Penitenciaria. Tomo X, 1945. Buenos Aires-Argentina.
- LARRAURI, Elena. **Mujeres, Derecho penal y Criminología**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.
- LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**, 2a ed. Rio de Janeiro:Forense, 1983.
- LIMA MENDONÇA, E. **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro** . Rio de Janeiro: OAB, 1983.
- LOMBROSO, C. et FERRERO, G. **La femme criminelle et la prostituée**. Paris: Felix Alcan. 1896.
- MARCHIORI, H. **Psicología de la conducta delictiva: observaciones sobre una casuística**. Buenos Aires: Ediciones Pandille, 1973.
- _____. **Institución Penitenciaria**. Criminología 2. Cordoba: Marcos Lerner, 1985.
- _____. **Delito y Personalidad**. Criminologia 1. Cordoba: Marcos Lerner, 1992.
- _____. **Psicologia Criminal**. México: Porrúa, 1975.
- _____. **Personalidad de la mujer delincuente**. México: Univ. Nac. Aut. De México, 1983.
- MALVIDO, Maria de la Luz Lima. **Criminalidad Femenina: teorías y reacción social**. México: Editora Porrúa, 2004.
- MIOTTO, Armida Bergamini. **Temas penitenciários**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal: comentários à lei n. 7.210, de 11-07-84**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.
- NARI, A. M. F. et al. **Voces de mujeres encarceladas**. Buenos Aires: Catálogos, 2000.

NAVARRO, G. L. **La mujer delincuente en España y su tratamiento correccional**. Buenos Aires: Dirección general de Institutos Penales de La Nación, VI, 1948.

NEUMAN, Elias e IRURZUN, Víctor J. **La sociedad carcelaria: aspectos penológicos y sociológicos**. 4. ed. Buenos Aires: Depalma, 1994. 144p.

PAVARINI, M. e MELOSSI, D. **Cárcere e Fábrica: as orientações do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro: Editora Revan. Coleção Pensamento Criminológico – Instituto Carioca de Criminologia. 2005.

PERRUCCI, M.F.A. **Mulheres encarceradas**. São Paulo: Global, 1983.

PIEIDADE JÚNIOR, H. **Mulheres condenadas e presas: consequências de uma sociedade violenta, cruel e desigual**. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, 1 (12): p. 15-25, jul. /98 dez. /99.

PINHEIRO, Jorge (comp.). **Criminalidad y Ciencia Penitenciaria**. Buenos Aires: Editorial JAMP, 2005.

REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIROS. Adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social da ONU através da sua resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, aditada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977.

REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). Adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40□33, de 28 de novembro de 1985.

REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓKIO). Adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45□110, de 14 de dezembro de 1990.

SÁNCHEZ, Manuel F; MAERCAU, Evangelina Pérez; DE SANTAMARIA, Claudia B. Moscato. **Ejecución de la pena privativa de la libertad (Ley 24.660). alternativas especiales, normas de trato y disciplina, establecimientos y personal penitenciario.** Buenos Aires: Alveroni, 1998. 122p. (Lecciones y Ensayos 2).

SOARES, Bárbara Musumeci, ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro: CESeC/Garamond. 2002.

SOARES, Marlene Terezinha H., GAUER, Gabriel José C. e MACHADO, Débora Silva. **Barrela: análise psicológica de uma realidade prisional.** In: Filhos & vítimas do tempo da violência: a família, a criança e o adolescente. GAUER, Gabriel José C, MACHADO, Débora Silva (org.). Curitiba: Juruá, 2003.

VOEGELI, Carla Maria Petersen H. **Criminalidade & violência no mundo feminino.** Curitiba: Juruá, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Política criminal latinoamericana: perspectivas - disyuntivas.** Buenos Aires: Hammurabi, 1982.

_____. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal.** Trad. Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. **A mulher e o poder punitivo** (conferência) “Mulheres vigiadas e castigadas”. Seminario Regional Normatividade Penal e mulher na America Latina e Caribe, Sao Paulo 22 a 25 de abril de 1992. Tradução Silvia Pimentel. Ed. CLADEM - Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, 1993

VII. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	ANO : 2010 – 2012 (24 meses)											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
2010	2010											
Organização e Construção do Material a ser utilizado para a coleta de dados												
Levantamento das fontes impressas e eletrônicas, de consulta e pesquisa em livros, teses, dissertações, periódicos jornais e entrevistas pessoais, com conteúdo pertinente ao tema												
Estudos, análises e aferições na documentação levantada e reunida para fins de seleção do material a ser trabalhado												
Organização e análise de documentos internos tais como: planos, regras, normas, regulamentos, projetos e etc, com a finalidade de reconstruir historicamente o surgimento e o desenvolvimento do sistema penitenciário do Estado, montando uma biblioteca específica para o programa de pesquisa.												
2011	2011											
Construção do Protocolo a ser aplicado as presas												
Construção do banco de dados que irá processar as informações coletadas												
Capacitação dos bolsistas que ajudarão na aplicação dos protocolos.												
Organização e análise de documentos internos tais como: planos, regras, normas, regulamentos, projetos e etc, com a finalidade de reconstruir historicamente o surgimento e o desenvolvimento do sistema penitenciário do Estado, montando uma biblioteca específica para o programa de pesquisa.												

2012	2012												
Entrevistas e Aplicação dos Protocolos nos Estabelecimentos Penais do Estado													
Entrevista com a Direção da casa penal													
Entrevistas com os técnicos da casa penal													
Aplicação do Protocolo de observação (questionário) e entrevistas com as presa dos estabelecimentos penais.													
Análise estatística dos relatórios finais dos cruzamentos das variáveis.													
Produtos													
Relatório Final com os dados trabalhados estatisticamente que traçaram o perfil da presa do Estado.													
Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Papers, Resumos apresentados em eventos etc...													

O projeto pretende no final do ano de 2011 realizar um Seminário Internacional sobre a problemática dos direitos humanos da mulher privada de liberdade, reunindo especialistas e estudiosos do tema, não só do Brasil como de outros países da América Latina. Para a realização desse evento, pretende buscar recursos nas várias agências de fomento e realizar parcerias com órgãos do Estado e organizações da sociedade civil.

VIII – ANEXOS

ANEXO I – ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS E CADEIAS PÚBLICAS

» SERVIÇO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADES PENITENCIARIAS	CAPACIDADE	POPULAÇÃO	SEXO	LOCAL
Hospital de Custódia e Tratamento	60	66	AMBOS	MARITUBA
Centro de Recuperação de Americano I	700	847	MASCULINO	SANTA ISABEL DO PARÁ
Centro de Recuperação de Americano II	288	362	MASCULINO	SANTA ISABEL DO PARÁ
Centro de Recuperação de Americano III			MASCULINO	SANTA ISABEL DO PARÁ
Centro de Recuperação Especial Cel. Neves	120	88	AMBOS	SANTA ISABEL DO PARÁ
Presídio Estadual Metropolitano I	416	495	MASCULINO	MARITUBA
Presídio Estadual Metropolitano II	248	254	MASCULINO	MARITUBA
Presídio Estadual Metropolitano III	288	292	MASCULINO	MARITUBA
Centro de Recuperação do Coqueiro	200	229	AMBOS	COQUEIRO
Centro de Detenção Provisória de Icoaraci	120	179	AMBOS	ICOARACI
Centro de Reeducação Feminina	204	197	FEMENINO	COQUEIRO
Casa do Albergado	60	100	AMBOS	GUAMÁ-BELÉM
Colônia Agrícola Heleno Fragoso	200	266	MASCULINO	SANTA ISABEL DO PARÁ

Centro de Recuperação de Ananindeua	95	79	AMBOS	CAIXA PARÁ-COQUEIRO
Centro de Recuperação de Mosqueiro	48	70	AMBOS	MOSQUEIRO
Centro de Recuperação de Castanhal	156	230	AMBOS	CASTANHAL
Centro de Recuperação de Bragança	60	106	AMBOS	BRAGANÇA
Centro de Recuperação de Paragominas	156	200	AMBOS	PARAGOMINAS
Centro de Recuperação de Altamira	156	235	AMBOS	ALTAMIRA
Centro de Recuperação de Silvio Hall de Moura	360	396	AMBOS	ALTER DO CHÃO-SANTARÉM
Centro de Recuperação de Itaituba	156	189	MASCULINO	LIBERDADE-ITAITUBA
Centro de Recuperação de Redenção	120	131	AMBOS	REDENÇÃO
Centro de Recuperação de Mariano Antunes	180	383	AMBOS	MARABÁ
Centro de Recuperação de Tucuruí	120	134	AMBOS	NOVA CONQUISTA - TUCURUÍ
Centro de Recuperação de Abaetetuba	120	156	AMBOS	ABAETETUBA
Centro de Recuperação de Cametá	64	69	AMBOS	CAMETÁ
Centro de Recuperação de Capanema	64	85	MASCULINO	CAPANEMA
Centro de Recuperação de Marabá	120	171	AMBOS	MARABÁ
Centro de Recuperação de Mocajuba	64	61	AMBOS	MOCAJUBA
Centro de Recuperação de Salinópolis	120	137	MASCULINO	SALINÓPOLIS

Centro de Recuperação de Tomé-Açu	48	50	AMBOS	TOMÉ-AÇU
Central de Triagem da Cidade Nova	90	129	MASCULINO	COQUEIRO
Central de Triagem de São Brás	120	198	MASCULINO	BELÉM
Central de Triagem da Cremação	100	115	MASCULINO	BELÉM
Central de Triagem da Marambaia	-	-	MASCULINO	BELÉM
Central de Triagem de Altamira	36	60	MASCULINO	ALTAMIRA
Central de Triagem de Santarém	-	-	MASCULINO	SANTARÉM

Fonte: Núcleo de Administração Penitenciária-SUSIPE. Maio-2007.

Nota: As linhas sublinhadas de azul são estabelecimentos que abrigam homens e mulheres e que deverão ser visitados para a coleta de dados das presas.

» POLÍCIA CIVIL

> Metropolitana

UNIDADE	ENDEREÇO
1ª SECCIONAL URBANA DA SACRAMENTA	Endereço: Travessa Perebebuí, nº 218. Bairro: Sacramento. Belém-PA. CEP: 66.083-640
DELEGACIA VINCULADA	
» TELÉGRAFO	Endereço: Rua Corenol Luiz Bentes, s/nº. Bairro: Telégrafo. Belém-PA. CEP: 66.103-080
2ª SECCIONAL URBANA DE SÃO BRAZ	Endereço: Avenida Governador Magalhães Barata, nº 1.123. Bairro: São Braz. Belém-PA. CEP: 66.060-670
DELEGACIA VINCULADA	
» MARCO	Endereço: Avenida Almirante Barroso, nº 4.992, esquina da Travessa Perebebuí. Bairro: Marco. Belém-PA. CEP: 66.095-000
3ª SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA	Endereço: Conjunto Cidade Nova VII, Travessa WE-79, nº 608. Bairro: Coqueiro. Ananindeua-PA. CEP: 67.140-200
4ª SECCIONAL URBANA DA CREMAÇÃO	Endereço: Travessa Padre Eutíquio, nº 2.950. Bairro: Cremação. Belém-PA. CEP: 66.045-000
DELEGACIA VINCULADA	
» JURUNAS	Endereço: Avenida Roberto Camelier, nº 525. Bairro: Jurunas. Belém-PA. CEP: 66.033-640
5ª SECCIONAL URBANA DA MARAMBAIA	Endereço: Conjunto Cohab, SN-4, nº 170. Bairro: Marambaia. Belém-PA> CEP: 66.623-360
DELEGACIAS VINCULADAS	
» ATALAIA	Endereço: Rua São Raimundo, nº 576. Bairro: Atalaia. Ananindeua-PA. CEP: 67.010-530
» BENGUI	Endereço: Avenida Yamada, s/nº, esquina com Rua São Mateus. Bairro: Benguí. CEP: 66.000-00
» CABANAGEM	Endereço: Rodovia dos Trabalhadores, Rua do Fio, nº 400. Bairro: Cabanagem. Belém-PA. CEP: 66.633-530
» GUANABARA	Endereço: Rua 17 de Maio, nº 100. Bairro: Guanabara. Ananindeua-PA. CEP: 67.010-240
» JADERLÂNDIA	Endereço: Rua Tancredo Neves, nº 553. Bairro: Jaderlândia. Ananindeua-PA. CEP: 67.113-230
6ª SECCIONAL URBANA DO COMÉRCIO	Endereço: Travessa Frutuoso Guimarães, s/nº, esquina com Avenida 15 de Novembro. Bairro: Comércio. Belém-PA. CEP: 66013-010
7ª SECCIONAL URBANA DO PAAR	Endereço: Conjunto Paar, Quadra 48, Rua Rio Tocantins, esquina com Rua Manaus, s/nº. Bairro: Curuçambá. Ananindeua-PA. CEP: 67.000-000
8ª SECCIONAL URBANA DE ICOARACI	Endereço: Rua 8 de Maio, ao lado da 10ª BPM, s/nº. Bairro: Agulha - Icoaraci. Belém-PA. CEP: 66.810-110
DELEGACIAS VINCULADAS	
» OUTEIRO	Endereço: Rua Franklin de Menezes, nº 10. Distrito de Outeiro. Belém-PA. CEP: 66.843-830
» DELEGACIA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	Endereço: Rua Padre Júlio Maria, nº 421, esquina com Travessa Souza Franco. Bairro: Ponta Grossa. Distrito de Icoaraci. Belém-PA. CEP: 66.810-040
9ª SECCIONAL URBANA DE MOSQUEIRO	Endereço: Avenida 16 de Novembro, s/nº. Distrito de Mosqueiro. Belém-PA. CEP: 66.913-000
DELEGACIA VINCULADA	
» SANTA BÁRBARA	Endereço: Rodovia Augusto Meira Filho, Km-14, s/nº. Santa Bárbara-PA. CEP: 66.000-000
10ª SECCIONAL URBANA DA PEDREIRA	Endereço: Avenida Pedro Miranda, nº 1347. Bairro: Pedreira. Belém-PA. CEP: 66.080-000

11ª SECCIONAL URBANA DO GUAMÁ	Endereço: Rua do Tucunduba, s/nº, esquina com Avenida Perimetral. Bairro: Guamá. Belém-PA. CEP: 66.000-000
DELEGACIA VINCULADA	
»TERRA FIRME	Endereço: Rua Celso Malcher, nº 782. Bairro: Terra-Firme. Belém-PA. CEP: 66.077-000
14ª SECCIONAL URBANA DE ANANINDEUA	Endereço: Rua Zacarias de Assunção, s/nº, ao lado da Câmara Municipal. Bairro: Centro. Ananindeua-PA. CEP: 67.000-00
DELEGACIAS VINCULADAS	
»AURÁ	Endereço: Rua Principal, Quadra 47, s/nº, próximo ao final da linha de ônibus. Bairro: Aurá. Ananindeua-PA. CEP: 67.020-590
»JULIA SEFFER	Endereço: Conjunto Júlia Seffer, Rua 10, s/nº. Bairro Júlia Seffer. Ananindeua-PA. CEP: 67.020-480
15ª SECCIONAL URBANA DE MARITUBA	Endereço: Rua Cláudio Barbosa da Silva, s/nº. Bairro: Centro. Marituba-PA. CEP: 67.000-000
DELEGACIA VINCULADA	
»DECOUVILLE	Endereço: Rua Antônio Falcão, s/nº, entre Rua da Passarela e a 9ª Travessa. Distrito de Decouville. Marituba-PA. CEP: 67.103-400

Fonte:www.policiaivil.pa.gov.br.Dados-2007.

Nota: Como é de conhecimento público nas cadeias públicas , principalmente do interior do Estado, as mulheres são alojadas juntamente com os homens, por essa razão todas as delegacias públicas deverão ser visitadas.

› Superintendências Regionais da Polícia Civil e Delegacias do Interior do Pará

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO BAIXO-TOCANTINS

Endereço: Rua Pedro Pinheiro Paes, nº 226, próximo à Rua Siqueira Mendes. Bairro: Centro. CEP: 68.440-000. Abaetetuba-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

ACARÁ
BAIÃO
BARCARENA
CAMETÁ
IGARAPÉ-MIRI
LIMOEIRO DO AJURU
MOCAJUBA
MOJU
TAILÂNDIA
VILA DOS CABANOS (BARCARENA)
DELEGACIA DA MULHER DE ABAETETUBA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA ZONA GUAJARINA

Endereço: Avenida Presidente Costa e Silva, nº 180. Bairro: Centro. CEP: 68.626-120. Paragominas-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

AURORA DO PARÁ
DOM ELISEU
IPIXUNA DO PARÁ
IRITUIA
MÃE DO RIO
RONDON DO PARÁ
ULIANÓPOLIS
SECCIONAL URBANA DE PARAGOMINAS
DELEGACIA DA MULHER DE PARAGOMINAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA ZONA BRAGANTINA

Endereço: Avenida Presidente Médici, nº 369. Bairro: Pio X. CEP: 68.700-000. Capanema-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

AUGUSTO CORRÊA
BONITO
BRAGANÇA
CACHOEIRA DO PIRIÁ
CAPITÃO POÇO
GARRAÇÃO DO NORTE
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
NOVA TIMBOTEUA
OURÉM
PEIXE-BOI
PRIMAVERA
QUATIPURU (RESPONDE CAPANEMA)
SALINÓPOLIS
SANTA LUZIA DO PARÁ
SANTA MARIA DO PARÁ
SANTARÉM-NOVO
SÃO JOÃO DE PIRABAS
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
TRACUATEUA
VIZEU

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA ZONA DO SALGADO

Endereço: Rua Paes de Carvalho, nº 2.986. Bairro: Centro. CEP: 68.743-000. Castanhal-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

BENEVIDES
BENFICA (BENEVIDES)
BUJARU
COLARES
CONCÓRDIA DO PARÁ
CURUÇÁ
IGARAPÉ-AÇU
INHANGAPI
MAGALHÃES BARATA
MARACANÃ
MARAPANIM
QUATRO BOCAS (TOMÉ-AÇU)
SANTA IZABEL DO PARÁ
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
SÃO CAETANO DE ODIVELAS
SÃO DOMINGOS DO CAPIM
SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SÃO JOÃO DA PONTA (RESPONDE SÃO CAETANO DE ODIVELAS)
TERRA ALTA
TOMÉ-AÇU
VIGIA DE NAZARÉ
SECCIONAL URBANA DE CASTANHAL
VILA DE APEÚ (CASTANHAL)
DELEGACIA DA MULHER DE CASTANHAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO XINGU

Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2.725. Bairro: Jardim Esplanada do Xingu. CEP: 68.352-000. Altamira-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

ANAPU
BRASIL NOVO
CASTELO DOS SONHOS (ALTAMIRA)
MEDICILÂNDIA
PORTO DE MOZ
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
URUARÁ
VITÓRIA DO XINGU (RESPONDE ALTAMIRA)
DELEGACIA DA MULHER DE ALTAMIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ARAGUAIA PARAENSE

Endereço: Avenida Marechal Rondon, nº 825. Bairro: Centro. CEP: 68.610-000. Redenção-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

BANNACH (RESPONDE REDENÇÃO)
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
FLORESTA DO ARAGUAIA
OURILÂNDIA DO NORTE
PAU D'ARCO
RIO MARIA
SANTA MARIA DAS BARREIRAS
SANTANA DO ARAGUAIA
SÃO FÉLIX DO XINGU
TUCUMÃ
XINGUARA
DELEGACIA DA MULHER DE REDENÇÃO
DELEGACIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS DE REDENÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUDESTE DO PARÁ

Endereço: Folha 30, Quadra Lote Especial, s/n. Bairro: Nova Marabá. CEP: 68.500-000. Marabá-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

ABEL FIGUEIREDO
BOM JESUS DO TOCANTINS
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA (RESPONDE MARABÁ)
BREU BRANCO
CANAÃ DOS CARAJÁS
CURIONÓPOLIS
ELDORADO DOS CARAJÁS
GOIANÉSIA DO PARÁ
ITUPIRANGA
JACUNDÁ
NOVA IPIXUNA (RESPONDE MARABÁ)
NOVO REPARTIMENTO
PACAJÁ
PALESTINA DO PARÁ (RESPONDE MARABÁ)
PARAUPEBAS
PIÇARRA (RESPONDE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA)
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
TUCURUÍ
SECCIONAL URBANA DE MARABÁ
DELEGACIA DA MULHER DE MARABÁ
DELEGACIA DA MULHER DE PARAUPEBAS
DELEGACIA DA MULHER DE TUCURUÍ
DELEGACIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS DE MARABÁ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO E BAIXO AMAZONAS

Endereço: Rua Crisântemos, s/n. Bairro: Aeroporto Velho. CEP: 68.250-250. Santarém-PA

DELEGACIAS VINCULADAS

ALENQUER
AVEIRO (RESPONDE ITAITUBA)
BELTERRA (RESPONDE SANTARÉM)
CURUÁ (RESPONDE ÓBIDOS)
FARO (RESPONDE ORIXIMINÁ)
ITAITUBA
JACAREACANGA (RESPONDE ITAITUBA)
JURUTI
NOVO PROGRESSO
MONTE ALEGRE
ÓBIDOS
ORIXIMINÁ
PLACAS (RESPONDE RURÓPOLIS)
PRAINHA
RURÓPOLIS
TERRA SANTA
TRAIRÃO (RESPONDE ITAITUBA)
SECCIONAL URBANA DE SANTARÉM
DELEGACIA DA MULHER DE SANTARÉM
DELEGACIA DA MULHER DE ITAITUBA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DOS CAMPOS DO MARAJÓ**Endereço:** Rua da Matriz, s/n. Bairro: Centro. CEP: 68.870-000. Soure-PA**DELEGACIAS VINCULADAS**

AFUÁ
ANAJÁS
CACHOEIRA DO ARARI
CHAVES
MUANÁ
PONTA DE PEDRAS
SALVATERRA
SANTA CRUZ DO ARARI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DAS ILHAS DO MARAJÓ**Endereço:** Rua Vereador Costa Leite, nº 92. Bairro: Aeroporto. CEP: 68.800-000. Breves-PA**DELEGACIAS VINCULADAS**

ALMEIRIM
BAGRE
CURRALINHO
GURUPÁ
MELGAÇO (RESPONDE PORTEL)
MONTE DOURADO
OEIRAS DO PARÁ
PORTEL
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
DELEGACIA DA MULHER DE BREVES

ANEXO II – RECURSOS FINANCEIROS

1.

MATERIAL PARA INFRA- ESTRUTURA

Quantidade	Equipamento	Valor Unidade (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Computador Pentium	3.500,00	3.500,00
01	Impressora HP Laserjet M1319	1.099,00	1.099,00
01	Mesa com gaveteiro	1.050,00	1.050,00
01	Cadeira Giratória - digitador	150,00	150,00
03	Estantes Biblioteca 2,08m	540,00	1.620,00
01	Mesa Redonda Reunião	750,00	750,00
04	Cadeiras para mesa de reunião	110,00	440,00
01	Rack	650,00	650,00
01	Arquivo para pasta suspensa	920	920,00
01	Armário baixo 1,215x0,60	890,00	890,00
TOTAL			11.069,00

2.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

2.1 TRANSPORTE

Os alunos (bolsistas) responsáveis pela coleta de material nas casas penais de Belém e em outras instituições ligadas ao Sistema Penitenciário deverão receber vale transporte para que possam se trasladar as referidas unidades penais.

Passagem Valor Unitário	Mês (30 dias)	6 meses
1,80	54,00	324,00

2.2 MATERIAL DE CONSUMO

Lápis, Caneta, Borracha, Bloco de Papel, Papel A4, Cartucho para impressora, clips, grampo, copo descartável para água e café, lenço de papel, CD, DVD, marca texto, etiquetas, bibliocantos, pastas suspensas, fita gomada, etc

2.3 MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PARA REPRODUÇÃO DE XEROX

Haverá a necessidade de reproduzir documentos tais como legislação, regras, regimentos, decretos, artigos e outros materiais bibliográficos relativos ao tema para a organização de uma biblioteca específica.

Valor Unitário	Mês (400 cópias)	12 meses
0,20	80,00	960,00

2.4 DIÁRIAS E PASSAGENS

Conforme Anexo I – Mapa dos estabelecimentos penais do Estado, será necessário diárias e passagens (aéreas e de ônibus) para a transladação de pesquisadores e bolsistas para os diversos municípios do Estado a fim de coletar in loco as informações necessárias para a pesquisa. Esses traslados em razão das características vezes através de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
ABAETETUBA (Belém-Abaetetuba)			
ACARÁ (Abaetetuba - Acará-Belém)			
BAIÃO (Abaetetuba- Baião-Belém)			
BARCARENA (Abaetetuba- Barcarena-Belém)			
CAMETÁ (Abaetetuba- Cametá-Belém)			
IGARAPÉ-MIRI (Abaetetuba- Igarapé Miri-Belém)			
LIMOEIRO DO AJURU (Abaetetuba Limoeiro do Ajuru-Belém)			
MOCAJUBA (Abaetetuba- Mocajuba-Belém)			
MOJU (Abaetetuba- Moju-Belém)			
TAILÂNDIA (Abaetetuba Tailândia-Belém)			
VILA DOS CABANOS (Belém- Barcarena-Belém)			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
PARAGOMINAS (Belém-Paragominas-Belém))			
AURORA DO PARÁ (Paragominas – Aurora do Pará-Paragominas)			
DOM ELISEU			
IPIXUNA DO PARÁ			
IRITUIA			
MÃE DO RIO			
RONDON DO PARÁ			
ULIANÓPOLIS			
SECCIONAL URBANA DE PARAGOMINAS			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
CAPANEMA (Belém-Capanema-Belém_			
AUGUSTO CORRÊA			
BONITO			
BRAGANÇA			
CACHOEIRA DO PIRIÁ			
CAPITÃO POÇO			
GARRAÇÃO DO NORTE			
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ			
NOVA TIMBOTEUA			
OURÉM			
PEIXE-BOI			
PRIMAVERA			
QUATIPURU (RESPONDE CAPANEMA)			
SALINÓPOLIS			
SANTA LUZIA DO PARÁ			
SANTA MARIA DO PARÁ			
SANTARÉM-NOVO			
SÃO JOÃO DE PIRABAS			
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ			
TRACUATEUA			
VIZEU			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
CASTANHAL (Belém-Castanhal-Belém)			
BENEVIDES			
BENFICA (BENEVIDES)			
BUJARU			
COLARES			
CONCÓRDIA DO PARÁ			
CURUÇÁ			
IGARAPÉ-AÇU			
INHANGAPI			
MAGALHÃES BARATA			
MARACANÃ			
MARAPANIM			
QUATRO BOCAS (TOMÉ-AÇU)			
SANTA IZABEL DO PARÁ			
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ			
SÃO CAETANO DE ODIVELAS			
SÃO DOMINGOS DO CAPIM			
SÃO FRANCISCO DO PARÁ			
SÃO JOÃO DA PONTA (RESPONDE SÃO CAETANO DE ODIVELAS)			
TERRA ALTA			
TOMÉ-AÇU			

VIGIA DE NAZARÉ			
SECCIONAL URBANA DE CASTANHAL			
VILA DE APEÚ (CASTANHAL)			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
REDEÇÃO (Belém-Redenção-Belém)			
BANNACH (RESPONDE REDEÇÃO)			
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA			
FLORESTA DO ARAGUAIA			
OURILÂNDIA DO NORTE			
PAU D'ARCO			
RIO MARIA			
SANTA MARIA DAS BARREIRAS			
SANTANA DO ARAGUAIA			
SÃO FÉLIX DO XINGU			
TUCUMÃ			
XINGUARA			

MUNICÍPIO S ACESSO ÁEREO	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
MARABÁ (Belém-Marabá-Belém)		02	
ALTAMIRA (Belém-Altamira-Belém)		02	
SANTAREM (Belém-Santarém-Belém)		02	
PARAUPEBAS (Belém-Marabá-Belém)		02	

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
MARABÁ			
ABEL FIGUEIREDO			
BOM JESUS DO TOCANTINS			
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA (RESPONDE MARABÁ)			
BREU BRANCO			
CANAÃ DOS CARAJÁS			
CURIONÓPOLIS			
ELDORADO DOS CARAJÁS			
GOIANÉSIA DO PARÁ			
ITUPIRANGA			
JACUNDÁ			
NOVA IPIXUNA (RESPONDE MARABÁ)			
NOVO REPARTIMENTO			
PACAJÁ			
PALESTINA DO PARÁ (RESPONDE MARABÁ)			
PARAUPEBAS			
PIÇARRA (RESPONDE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA)			
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA			
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA			
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA			
TUCURUÍ			
SECCIONAL URBANA DE MARABÁ			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
SANTARÉM			
ALENQUER			
AVEIRO (RESPONDE ITAITUBA)			
BELTERRA (RESPONDE SANTARÉM)			
CURUÁ (RESPONDE ÓBIDOS)			
FARO (RESPONDE ORIXIMINÁ)			
ITAITUBA			
JACAREACANGA (RESPONDE ITAITUBA)			
JURUTI			
NOVO PROGRESSO			
MONTE ALEGRE			
ÓBIDOS			
ORIXIMINÁ			
PLACAS (RESPONDE RURÓPOLIS)			
PRAINHA			
RURÓPOLIS			
TERRA SANTA			
TRAIRÃO (RESPONDE ITAITUBA)			
SECCIONAL URBANA DE SANTARÉM			

MUNICÍPIO S ACESSO DE ÔNIBUS	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
ALTAMIRA			
ANAPU			
BRASIL NOVO			
CASTELO DOS SONHOS (ALTAMIRA)			
MEDICILÂNDIA			
PORTO DE MOZ			
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO			
URUARÁ			
VITÓRIA DO XINGU (RESPONDE ALTAMIRA)			

MUNICÍPIO S ACESSO MARITIMO	Valor Unitário	N Passagens	TOTAL
MARAJÓ			
AFUÁ			
ANAJÁS			
CACHOEIRA DO ARARI			
CHAVES			
MUANÁ			
PONTA DE PEDRAS			
SALVATERRA			
SANTA CRUZ DO ARARI			
ILHAS DO MARAJÓ			
ALMEIRIM			
BAGRE			
CURRALINHO			
GURUPÁ			
MELGAÇO (RESPONDE PORTEL)			
MONTE DOURADO			
OEIRAS DO PARÁ			
PORTEL			
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA			

